

# Conhecimento e espaços de poder: trajetórias da pesquisa acadêmica feminista no Brasil

**Elena de Oliveira Schuck**

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Porto Alegre, RS  
- Brasil. Professora de Ciência Política e Sociologia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) - Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil.  
<http://lattes.cnpq.br/6969617458551723>  
E-mail: elena.schuck@gmail.com

Submetido em: 30/09/2017 . Aprovado em: 29/11/2017. Publicado em: 13/08/2018.

## RESUMO

Este artigo pretende mapear o lugar da teoria política feminista no campo de pesquisa das ciências sociais no Brasil. O propósito é o indicar as contribuições da pesquisa acadêmica feminista para se pensar os espaços de poder ocupados pelas mulheres, considerando a universidade enquanto espaço de legitimação de discursos e conhecimento. Discute-se a definição conceitual de pensamento feminista, considerando a natureza dual de ação e reflexão, para então abordar a trajetória entrelaçada do feminismo brasileiro como movimento social e campo de pesquisa científica. Por fim é feito um mapeamento dos espaços institucionais e universitários que acolhem as discussões feministas, e também da função de revistas acadêmicas para a inserção das discussões feministas na universidade, em especial na área das ciências humanas. Busca-se reconstituir a tomada de espaço do feminismo no campo da pesquisa acadêmica, destacando os principais desafios que o pensamento feminista enfrenta para legitimar-se enquanto discurso científico válido.

**Palavras-chave:** Pesquisa acadêmica. Movimento feminista. Espaço de poder. Conhecimento.

## ***Knowledge and spaces of power: trajectories of feminist academic research in Brazil***

### **ABSTRACT**

*This paper intends to map the place of feminist political theory in the field of social sciences research in Brazil. The purpose is to indicate the contributions of the feminist academic research to think the spaces of power occupied by the women, considering the university as a space of legitimation of discourses and knowledge. It discusses the conceptual definition of feminist thought, considering the dual nature of action and reflection, to then approach the interwoven trajectory of Brazilian feminism as a social movement and field of scientific research. Finally, we map the institutional and academic spaces that host feminist discussions and also the function of academic journals for the insertion of the feminist discussions in the university, especially in the area of the humanities. We seek to reconstitute feminism's space-making in the field of academic research, highlighting the main challenges that feminist thought faces in order to legitimize itself as a valid scientific discourse.*

**Keywords:** Academic research. Feminist Movement. Spaces of power. Knowledge.

## **Conocimiento y espacios de poder: trayectorias de la investigación académica feminista en Brasil**

### **RESUMEN**

*Este artículo pretende mapear el lugar de la teoría política feminista en el campo de investigación de las ciencias sociales en Brasil. El propósito es indicar las contribuciones de la investigación académica feminista para pensar los espacios de poder ocupados por las mujeres, considerando la universidad como un espacio de legitimación de discursos y conocimiento. Se discute la definición conceptual de pensamiento feminista, considerando la naturaleza dual de acción y reflexión, para entonces abordar la trayectoria entrelazada del feminismo brasileño como movimiento social y campo de investigación científica. Por último se hace un mapeo de los espacios institucionales y universitarios que acogen las discusiones feministas y también de la función revistas académicas para la inserción de las discusiones feministas en la universidad, en especial en el área de las ciencias humanas. Se busca reconstituir la toma de espacio del feminismo en el campo de la investigación académica, destacando los principales desafíos que el pensamiento feminista enfrenta para legitimarse como discurso científico válido.*

**Palabras clave:** Investigación académica. Movimiento feminista. Espacio de poder. Conocimiento.

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo aborda o desenvolvimento do campo de pesquisa acadêmica feminista no Brasil, destacando o papel da produção de conhecimento feminista<sup>1</sup> para o empoderamento das mulheres. O empoderamento está aqui situado enquanto ferramenta conceitual para incluir os discursos feministas no campo dos discursos científicos válidos. Trata-se, portanto, de um recorte da contribuição do pensamento feminista brasileiro à produção de conhecimento científicos, no que pesem os discursos acadêmicos que apontam para as desigualdades políticas, econômicas e sociais, para as injustiças e opressões, bem como para a necessidade de construção de novos horizontes epistemológicos.

O propósito deste artigo é o de recolher dados sobre o estado do campo de pesquisa acadêmica feminista no Brasil a fim de indicar as vias pelas quais são

construídas as pontes entre o conhecimento e a tomada de espaços de poder pelas mulheres. Considerando a especificidade dual do feminismo, teoria e prática política, pensamento crítico e movimento social, faz-se necessário aqui ressaltar que a trajetória da pesquisa acadêmica feminista se apoia no movimento feminista e vice-versa.

A discussão sobre a contribuição da pesquisa acadêmica feminista brasileira à tomada de espaços de poder pelas mulheres está estruturada a partir de três eixos. No primeiro momento são abordadas as definições acerca do que constitui o pensamento feminista, onde há destaque para sua amplitude conceitual, considerando a pluralidade de mulheres, de contextos sociais, políticos e econômicos, os contextos raciais e sexuais, e também os contextos geográficos que nos fazem pensar nas relações de poder entre Norte e Sul global e nas epistemologias hegemônicas para se pensar todas essas relações. No segundo momento será abordada a associação entre o movimento político feminista e as intelectuais feministas, iniciada na década de 1970. Neste momento a principal bandeira do movimento feminista no Brasil é a luta pelo estabelecimento da democracia. Ainda durante esta década as trocas com o feminismo francês serão intensas; muitas militantes feministas brasileiras exiladas em Paris

<sup>1</sup> Este artigo é uma síntese do Capítulo 2 de minha tese de doutorado, defendida na UFRGS em 2017, intitulada “Feminismos em movimento: mapeando a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França”, sob a orientação da Prof.a Dra. Jussara Reis Prá e co-orientação da Profa. Dra. Réjane Sénac. Essa pesquisa foi realizada com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

desenvolvem um pensamento crítico feminista e trazem-no à universidade brasileira. Cientistas sociais tais como Beth Lobo, Heleieth Saffioti, Anette Goldberg, Lena Lavinias, Albertina de Oliveira, através de sua produção intelectual, promovem a consciência política feminista na universidade. Por fim, no terceiro momento, este artigo analisa a atual situação do campo de pesquisa feminista no Brasil, apontando para os espaços conquistados no campo acadêmico. Aborda-se a inserção de revistas acadêmicas especializadas no campo científico, bem como os espaços conquistados em conferências regionais e nacionais. Coloca-se em questão o que de fato se considera conhecimento, ou discurso científico válido. Aponta-se para o empoderamento epistemológico, a saber, para a ampliação de espaços de discussão de temáticas feministas, estudos de gênero e da mulher na universidade, o que constitui a luta da epistemologia crítica feminista.

#### FEMINISMOS: PENSAMENTO CRÍTICO E MOVIMENTO SOCIAL

O pensamento feminista deriva das reflexões acerca das desigualdades entre homens e mulheres presentes em grande parte das sociedades, recusando a afirmação de que tais desigualdades seriam apenas um reflexo da natureza diferenciada de dois sexos. A recusa da tese da diferença sexual implica o desenvolvimento de uma crítica ampla ao mundo social, o qual reproduz assimetrias de poder e liberdade e promove diversos tipos de opressões direcionadas às mulheres (MIGUEL; BIROLI, 2014). Desse modo, o pensamento feminista pode ser conceituado enquanto fruto da elaboração sucessiva de experiências, debates e polêmicas se faz presente tanto na ação quanto na reflexão feminista, embora sujeito a questionamentos quanto a sua legitimidade na prática e na teoria.

Em face da suposta ilegitimidade do interesse conceitual do feminismo, apontada por Geneviève Fraisse (2012), a reflexão intelectual constrói-se, necessariamente, apoiada na prática, seja ela um acontecimento ou um problema, de outro modo seria fácil reduzir o pensamento feminista a uma mera convicção. Embora com espaço reduzido nos debates sobre o

político e a democracia, o feminismo é provavelmente uma das correntes intelectuais da modernidade e da filosofia política que mais provocou mudanças sociais ao denunciar as desigualdades, a opressão e os mecanismos do patriarcado (VALCÁRCEL, 2012, p.15; MACKENZIE, 2011, p.26, p.141; BIROLI & MIGUEL, 2014, p. 17). À medida que as formas de opressão foram se complexificando e exigindo ferramentas mais sofisticadas para entendê-las, o pensamento feminista foi se constituindo enquanto campo de conhecimento composto por teorias capazes de auxiliar na compreensão da reprodução das desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade.

Os estudos sobre os percursos intelectuais do feminismo no Brasil contaram com a dedicação de diversas pesquisadoras brasileiras. Em trajetória que apresenta razoável produção sobre a condição da mulher no Brasil a partir dos anos 1960, os percursos feministas do país já foram investigados por Eva Blay, Ruth Cardoso, Mariza Corrêa, Albertina de Oliveira Costa, Anette Goldberg, Miriam Grossi, Elisabeth Lobo, Sônia Miguel, Rose Marie Muraro, Eleonora Menicucci de Oliveira, Jacqueline Pitanguy, Celi Pinto Jussara Prá, Heleieth Saffioti, Cynthia Sarti, Fany Tabak, dentre muitas outras.

O feminismo brasileiro, que tem sua “primeira onda” deflagrada com a luta pelo direito ao voto das mulheres a partir de 1910, atravessou diferentes etapas, de forma não totalmente semelhante ao processo das ondas feministas caracterizadas pela literatura internacional (PINTO, 2010). Apesar do ostracismo da causa feminista durante e após o término da Segunda Guerra Mundial, o Brasil pôde contar com a atuação em nível internacional de Bertha Lutz para a promoção dos direitos das mulheres quando ela inseriu a cláusula de igualdade de direitos entre homens e mulheres na Carta da ONU<sup>2</sup>.

É durante a década de 1970 que ocorre a maior expressão do movimento feminista no Brasil contemporâneo:

---

<sup>2</sup> Acesso em 18 de novembro de 2016 <<https://nacoesunidas.org/exclusivo-diplomata-brasileira-foi-essencial-para-mencao-a-igualdade-de-genero-na-carta-da-onu/>>

Articulado com outros movimentos sociais da época: movimentos populares — que iam desde a luta por moradia, passando por melhores condições de vida, até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades (o que era uma lei antiga, mas não cumprida); movimentos políticos — aí incluídos os movimentos pela anistia aos presos políticos, pela luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país e o movimento dos homossexuais. Apenas começo por ele porque creio que é importante lembrar que no início dos anos setenta estávamos nos piores anos da ditadura militar que assumiu o governo do país em 1964: havia uma dura repressão às lutas da esquerda contra o regime — a tortura e a morte de militantes ou simpatizantes dos militantes eram uma presença constante na nossa vida cotidiana apesar, ou por causa, de sua ausência nos jornais — e um esvaziamento dos canais políticos tradicionais, com a censura aos jornais, a dissolução dos partidos políticos existentes e a permanente ameaça de cassação dos direitos políticos daqueles que ainda estavam atuando no cenário partidário (CORRÊA, Marisa; 2001, p.13-14).

Marcadamente na década de 1970, a resistência à ditadura militar permitiu que intelectuais e militantes feministas carregassem como uma das pautas principais do seu movimento a ideia de redemocratização do Estado brasileiro, possibilitando a difusão do debate sobre a igualdade entre mulheres e homens, direitos políticos e cidadania para as mulheres. O movimento feminista que crescia nos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem instituída no contexto autoritário do golpe de 1964. Muitas das integrantes do movimento feminista eram à época participantes de grupos políticos clandestinos e de orientação marxista, comprometidas com a luta pelo fim da ditadura militar brasileira (SARTI, 2004).

As mulheres, no período autoritário, não apenas lutavam contra a ditadura militar, mas combatiam o poder masculino dentro das organizações de esquerda, as quais impediam sua participação em condições de igualdade com os homens. No contexto de combate à repressão política do Estado brasileiro, cabe contextualizar os percursos das organizações feministas:

A ideia de que o conceito de classe deveria ser priorizado em relação ao de sexo revelava, portanto, que a apropriação da linguagem masculina, marxista ou liberal, era fundamental para se conseguir a aceitação na esfera pública masculina, que progressivamente se reconstituía. Era, portanto, uma estratégia de reconhecimento político e social fundamental num momento em que as barreiras para a entrada das mulheres no mundo da política eram pesadas demais, seja as impostas pela ditadura militar, seja as criadas pela própria dominação masculina, de esquerda ou de direita. As feministas se colocavam, assim, segundo a perspectiva marxista-leninista, como vanguarda revolucionária do movimento das mulheres, necessária para orientar as trabalhadoras em sua “missão histórica”, parafraseando o que a esquerda repetia em relação às suas tarefas para com o proletariado. Articulavam-se para fora, deste modo, com os outros movimentos de luta pela redemocratização no país e, deste modo, eram legitimadas (RAGO, 2003, p. 5).

Após o primeiro momento de afirmação do feminismo enquanto movimento social e político que lutava pelos direitos das mulheres, bem como pela redemocratização do país, as feministas passaram a propor nova concepção da política, ampliando os próprios temas que constituíam o campo das enunciações feministas na esfera pública (RAGO, 2003; SCAVONE, 2008; PINTO, 2010).

O perfil das feministas desse momento era bastante plural, contudo, o elemento em comum que as unia era a ideologia política de esquerda, que repudiava o regime autoritário e antidemocrático brasileiro. Havia professoras universitárias, estudantes, sindicalistas, ativistas vindas de movimentos populares, jornalistas, atrizes, etc., as quais compartilhavam um traço comum; a saber eram mulheres de esquerda, inseridas em seus respectivos campos profissionais (CORRÊA, 2003).

A maior visibilidade do movimento feminista brasileiro coincidiu com o retorno de exiladas políticas ao país e a luta pela redemocratização (ALVAREZ, 1990). Muitas mulheres que retornavam da Europa ao Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980, haviam entrado em contato com as ideias de maio de 68 e foram apresentadas aos movimentos e debates de feministas europeias e norte-americanas da época.

Em especial, o surgimento do *Mouvement Libération des Femmes* (MLF), em 1970, e a explosão de novos grupos feministas nos Estados Unidos no contexto de reflexões teóricas pós-68, influenciaram na ampliação das pautas de discussão dos movimentos feministas, tais como a contraposição entre luta de classes e de sexos, a denúncia da violência contra as mulheres, a revalorização da sexualidade feminina, entre outras (FERREIRA, REA, 2012; SCAVONE, 2011; ABREU, 2010; GROSSI, 2004).

## AS EXILADAS POLÍTICAS BRASILEIRAS E O FEMINISMO FRANCÊS

Durante a ditadura militar brasileira, entre 1964 e 1985, a França acolheu exiladas políticas brasileiras, as quais participaram de grupos de discussão feminista e impulsionaram a formação de novas articulações voltadas para a temática da participação política das mulheres, como foi o caso da revista *Nosotras*, fundada por feministas brasileiras e latino-americanas pertencentes ao Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris em 1974, e do *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, organização política que atuou junto ao feminismo francês criada em 1975.

De acordo com Lucila Scavone (2011) o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* é um exemplo do contato estreito com o feminismo francês. Ele recebeu brasileiras ligadas a partidos políticos e feministas autônomas que, ao regressar ao Brasil, no começo dos anos 80, continuaram, em sua maioria, vinculadas ao movimento e/ou à produção acadêmica. Isso se deveu ao fato de que muitas mulheres exiladas na capital francesa puderam investir sua formação acadêmica em ciências humanas na direção de estudos feministas<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> É desconhecida a existência de um levantamento pormenorizado sobre o desenvolvimento de Trabalhos acadêmicos – em especial, teses de doutoramento – de feministas brasileiras na França. Vários depoimentos sobre as trajetórias dessas pesquisadoras no exílio francês, especificamente relacionados com o tema “mulher e violência”, podem ser encontrados em: GROSSI; MINELLA; PORTO, 2006.

O contexto político europeu dos anos 1970 possibilitou o surgimento de diversos coletivos feministas formados por mulheres de diferentes países latino-americanos em países europeus<sup>4</sup>. Segundo Maira Abreu (2013), esses grupos – cuja duração e dimensão foram bastante diversas – compartilhavam, em maior ou menor medida, ideias feministas em voga naquele contexto, tais como politização da vida cotidiana, autonomia, novas formas de organização etc.

Na França, uma das primeiras organizações feministas a surgirem foi o Grupo Latino-Americano de Mulheres, formado por mulheres de diferentes países da América Latina, uma parte delas exiladas, que realizou suas primeiras reuniões a partir do ano de 1972. Dentre suas organizadoras, o grupo contava com Danda Padro, filha do historiador e político marxista Caio Júnior Padro, exilada na França em 1970 após a prisão de seu pai no Brasil. Danda Padro estabeleceu contato com o movimento feminista francesa, e através dele conheceu Simone de Beauvoir. Influenciada pelo movimento feminista francês, Danda Prado organizou reuniões mensais com as mulheres brasileiras e latino-americanas em Paris, onde aconteciam grupos de reflexão, debates e projeções de filmes.

Em janeiro de 1974, o Grupo Latino-Americano de Mujeres publicou a primeira edição da revista *Nosotras*, sob a coordenação de Danda Padro, Mariza Figueiredo e Clélia Piza. A revista bilíngue português - espanhol *Nosotras*, foi publicada até o segundo trimestre de 1976, totalizando 17 exemplares, que contaram com textos escritos pelas próprias integrantes do grupo, traduções e/ou reprodução de textos já publicados e contribuições de leitoras e de grupos feministas de diferentes países.

<sup>4</sup> Documentos internos do Partido Comunista Brasileiro (elaborados no exílio francês) relatam o surgimento de diversos organismos no exílio europeu dedicados à “questão da mulher” e que mantinham estreita relação com o partido a partir de 1973, entre eles: Grupo de Mulheres na Bélgica, Associação de Mulheres Democráticas de Lund (Suécia), Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas (Milão), Grupo de Estudos (França). Ver ABREU, 2010, p.163.

A influência e a proximidade com o movimento feminista francesa se evidenciavam através das referências a textos e ações do movimento feminista na França discutidos na revista. Além das ligações com ativistas franceses, o grupo detinha uma rede ampla e internacional de contatos feministas. A edição de boletins feministas da década de 1970 com nomes semelhantes em vários países, como Brasil e Itália, mostrava que o Grupo de Paris contava com a sororidade internacional (MARQUES, 2015).

As redes internacionais desempenharam papel importante no incentivo da participação das mulheres exiladas nos movimentos feministas. Contudo, Marques (2015) observa uma mudança do perfil dominante da participação do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. Até 1975 o grupo era composto principalmente por mulheres muito intelectualizadas e influenciadas pelas obras feministas francesas e americanas. Após esse ano, a composição do grupo foi se alterando em função do acolhimento a militantes chilenas, provenientes de grupos armados da esquerda, que tinham chegado a Paris depois do golpe militar do Chile.

O Grupo Latino-Americano de Mulheres, embora reconhecesse a importância do MLF e suas pautas políticas contextualizadas para cidadãs europeias, trazia como principal crítica a necessidade de afirmar a especificidade latino-americana para a reflexão feminista. Os boletins *Nosotras* refletiam essa abordagem feminista a partir do olhar latino-americano de mulheres exiladas na Europa por conta da perseguição política em seus países de origem:

Assim, o '*nosotras*' do qual falava o grupo era um 'nós mulheres', mas tratava-se principalmente de um 'nós mulheres latino-americanas' [...] Ao longo dos seus dois anos de existência, diversos foram os textos publicados que buscavam analisar diferentes aspectos da realidade da mulher latino-americana e sua particularidade. No Boletim n. 5, por exemplo, elas criticam as ideias de Herbert Marcuse desse ponto de vista. As ideias do autor sobre o movimento feminista, afirmavam, poderiam ter validade para a sociedade norte-americana, mas não teriam "aplicação no marco da sociedade latino-americana". A situação da mulher latino-americana seria "específica" e exigiria métodos de lutas também "específicos". A elaboração de uma teoria feminista latino-americana, enfatizavam, deveria ser "uma tarefa dos grupos feministas

no nosso continente", pois, "assim como cabe à mulher, e não ao homem, a determinação de seu próprio combate, cabe às mulheres de cada país a determinação do caráter específico/geral de sua luta". (ABREU, 2013, p. 560-61).

A criação do Círculo de Mulheres Brasileiras ocorreu em 1976 como consequência de uma série de divergências ideológicas surgidas no interior do Grupo Latino-Americano de Mulheres e do boletim *Nosotras*, do grupo feminista Comitê, de matriz chilena, mas também em resposta à crescente demanda do fortalecimento de grupos de estudos feministas (ABREU, 2010, 2013). Composto por mulheres brasileiras vivendo na França, sensibilizadas pelo movimento feminista internacional, o grupo tinha como objetivo debater, aprofundar e tomar real consciência da opressão específica que sofre a mulher nessa sociedade. As integrantes do Círculo traziam ressalvas à ideia da opressão, indicando que esta não se refletia da mesma forma para todas as mulheres, a fim de permitir a mesma unidade na luta e na organização (ABREU, 2010).

O Círculo ganha legitimidade com a comunidade exilada, torna-se conhecido pelo movimento feminista francês e se transforma numa das mais bem estruturadas organizações de brasileiros no exílio e no mais importante grupo feminista de exiladas desta nacionalidade, chegando a congregar em suas assembleias mais de 80 mulheres (ABREU, 2010). Introduz na comunidade exilada uma questão relegada, impõe-se como grupo autônomo das organizações políticas e abre novo horizonte para muitas militantes de esquerda.

Albertina Costa (1980), em *Memórias das mulheres do exílio*, organiza uma série de depoimentos de mulheres brasileiras exiladas em diversos países como consequência da perseguição política do Estado brasileiro a partir de 1964<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Além da França, país que abrigou exiladas brasileiras e ao qual é dedicado um capítulo exclusivo na obra *Memória de mulheres no exílio* (1980), Capítulo IV - *Liberté, égalité, Humanité*, são também citados como destino Angola, Argélia, Bélgica, Canadá, Chile, Cuba, Dinamarca, Estados Unidos, Guiné Bissau, Inglaterra, Itália, Moçambique, Polônia, Portugal, República Federal da Alemanha, Suécia, Suíça, União Soviética e Uruguai. Ainda por curtos períodos de tempo, são mencionados Argentina, México e Panamá.

No primeiro momento, muitas mulheres exilaram-se no Chile, onde foi criado o “Comitê de mulheres brasileiras no exterior”, também chamado “Comitê de mulheres brasileiras no Chile”, organizado por Zuleika Alambert. O grupo no Chile durou pouco tempo devido ao golpe militar no país, e centenas de exilados partiram para a França após 1973, incluindo-se a organizadora cuja militância política passou para uma ótica de fato feminista na Europa. Nos debates do grupo do Chile, a militância era totalmente vinculada às ações e concepções das organizações armadas e pouco espaço havia para tratar da questão feminina (COSTA, 1980).

Especial importância é atribuída à Europa, em particular à França, na tomada de consciência sobre questões tais como a condição feminina na sociedade, o aborto e os métodos contraceptivos. Conforme os depoimentos publicados, a França nem sempre aparece como a primeira alternativa de destino, tendo em vista o idioma e a distância do Brasil, mas a concessão do status refugiados políticos às famílias brasileiras bem como a maior facilidade em obter trabalho e atendimento de saúde no país aparecem como fatores definitivos na escolha deste destino em comparação à Portugal, por exemplo. Este país, apesar de ter o idioma como facilitador, concedia apenas visto de turismo, o que trazia dificuldades ao acesso de serviços públicos (COSTA, Op.Cit).

A relação entre o feminismo francês e o brasileiro, iniciada nos anos 1970, destaca-se em comparação a relações com o movimento feminista de outros países que acolheram exiladas políticas (COSTA, 1980; ABREU, 2010; MARQUES, 2015). Há uma particularidade envolvendo facilidades burocráticas no processo de exílio político bem como na aproximação ideológica feminista. Conforme Karina Felitti (2015) tal particularidade também é percebida na relação entre o feminismo argentino e francês, considerando-se que a França acolheu mais de 3000 exilados argentinos (as) também perseguidos pelos governos militares do Cone Sul.

Dadas as circunstâncias, nos períodos sucessivos ao paradigmático ano de 1970 para o movimento feminista francês, havia a uma concentração

de mulheres latino-americanas em Paris. Estas acessavam diálogos com um feminismo que assumia um status transnacional após a sua segunda onda, o qual visava a transformação de práticas sociais de atores não-estatais, a ampliação da cidadania da mulher e a transposição das fronteiras a fim de disseminar valores e ideias:

A força e a amplitude do movimento feminista francês foram extraordinárias, o que ficou demonstrado com a legalização do aborto em 1975 e a sua influência sobre mulheres de outros países que se encontravam na França. Dessa forma, o caráter transnacional do movimento feminista francês se torna evidente. Ao oferecer solidariedade às latino-americanas refugiadas na França, o movimento possuía objetivos mais amplos, assim como outras organizações e movimentos solidários que passaram a emergir nesse momento. Interessava às feministas francesas alcançar militantes de outros países para assim, possibilitar uma transformação social com proporções mundiais (MARQUES, 2015, p.126).

A obra de Simone de Beauvoir é frequentemente citada entre as exiladas entrevistadas para a coletânea de memórias Memória de mulheres no exílio (1980). Beauvoir, além de ter sido uma das intelectuais precursoras do movimento feminista, foi uma das personalidades francesas solidárias às lutas dos exilados brasileiros na França (MARQUES, 2015). A aproximação de Beauvoir e do movimento feminista francês contribuiu para um posicionamento político e militante particular às mulheres brasileiras vivendo em Paris.

## **A TRAJETÓRIA DA PESQUISA ACADÊMICA FEMINISTA NO BRASIL**

Em 1967, Heleieth Saffioti inaugurava os estudos sobre condição feminina no Brasil, através da defesa de sua tese de livre docência A mulher na sociedade de classe: mito e realidade, sob a orientação de Florestan Fernandes, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp). Sua tese foi publicada pela editora Vozes em 1976, tornando-se um marco para os estudos feministas brasileiros. A discussão acadêmica sobre a condição das mulheres iniciava-se, portanto, em meio a um contexto nacional de repressão política, mas também de resistências de diversos tipos.

No final dos anos 70, a euforia participativa da militância de esquerda fazia-se visível também na universidade. O corpo docente de então, predominantemente jovem e de esquerda, era composto por professoras e professores cujas trajetórias pessoais envolviam a participação política em partidos então ilegais ou em movimentos estudantis na década anterior, com passagem pela prisão ou o retorno recente de estadias forçadas no exterior. O contexto era assim favorável à discussão dos movimentos sociais que estavam presentes na sociedade e à discussão de ideias democráticas dentro das salas de aula.

Na Universidade Estadual de Campinas um grupo de alunas e professoras da área de Ciências Sociais criou um grupo de reflexão feminista, organizou três Semanas da Mulher, em 1978, 1979 e 1980, e partiu para a pesquisa com mulheres. Outros professores e alunos participavam do movimento de homossexuais – tanto de um dos seus grupos mais importantes, o grupo Somos, quanto da fundação do pioneiro jornal gay *Lampião de esquina*, ambos criados em São Paulo em 1978 (CORRÊA, 2001, p.16).

Devido à ditadura militar, o feminismo se desenvolve com algumas particularidades, assume caráter marcado pela luta de classe e contra a ditadura que marca as primeiras publicações feministas dos anos 70, vide os jornais *Brasil Mulher e Nós, Mulheres*, (GROSSI Op. Cit.; COSTA, SARDENBERG, 2014). A essa característica, juntava-se a preocupação com a pesquisa das integrantes do movimento feminista, em sua maioria intelectualizada e oriunda de camadas sociais médias.

Assim, construía-se uma face igualmente importante do feminismo, a face acadêmica, muitas vezes de forma híbrida, com ativistas que principiaram nos coletivos informais dos anos 1970 e seguiram carreiras profissionais nas universidades, sendo pioneiras na constituição de núcleos de estudos e pesquisas em anos subsequentes, além de destacado papel na docência (GONÇALVES; PINTO, 2011).

A partir de 1975, conforme Goldberg (1989) explica, uma geração de pesquisadoras passava a eleger as mulheres como seu objeto de estudo de

dissertações de mestrado e/ou teses de doutorado predominantemente nas áreas da Sociologia da Educação e do Trabalho, descritivas e quantitativas em sua maioria. No mesmo período, a Fundação Carlos Chagas, através da sua publicação *Cadernos de Pesquisa* teve importância fundamental no fomento, no respaldo institucional e na divulgação de tais estudos.

Em 1979, um passo importante no incentivo à produção científica nessa área será dado com a criação do Grupo de Trabalho Mulher e Força de Trabalho na Anpocs<sup>6</sup> e, posteriormente, em 1980, na mesma associação, com a criação do GT Mulher e Política (COSTA; SARDENBERG, 2014; GROSSI, 2004; PRÁ, 2016b). O GT Mulher na Força de Trabalho, criado pela professora Heleieth Saffiotti; e o GT Mulher e Política, pela professora Fanny Tabak. Os dois grupos contaram com a presença de professoras e pesquisadoras que são referência nacional e internacional nos estudos feministas e de gênero, tais quais Eva Blay, Ana Alice Costa, Albertina de Oliveira Costa, Eleonora Menicucci, Lourdes Bandeira. A atuação em separado dos grupos findou em 1989, quando foram unificados no GT - Estudos das Relações Sociais de Gênero. O novo grupo passou a se reunir a cada dois anos até ser extinto, sob a alegação de não ter sido cumprido o prazo para renovação dos GTs (PRÁ, 2016b).

Durante a década de 1980, deu-se início à criação dos núcleos universitários de estudos sobre mulher. Eles surgem inicialmente no Rio de Janeiro, expandindo-se para demais localidades brasileiras, de norte a sul:

No mesmo ano [1980], será criado o primeiro núcleo de estudos em uma universidade brasileira, o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Fruto da iniciativa de Fanny Tabak, a criação deste Núcleo será um exemplo a ser seguido, imediatamente, por muitas outras estudosas em outras regiões do país. Já em 1981, surge o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher

6 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, criada no Brasil em 1977.

(NEDIM), na UFCE e, em 1983, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da UFBA. Em 1984, são criados mais três núcleos nas Universidades Federais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais. Neste mesmo ano, dá-se a realização do Seminário de Pesquisas Zahidé Machado, em Salvador, promovido conjuntamente pela Fundação Carlos Chagas e o NEIM, com o apoio da Fundação Ford. (COSTA; SARDENBERG, 2014, p. 33).

A criação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (Niem), na Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1984, na ocasião da defesa da dissertação de mestrado de Jussara Prá, contou com o apoio da professora Fanni Tabak para integrar a banca examinadora da dissertação. Foi Tabak quem criou o primeiro grupo desse tipo no Brasil, no Rio de Janeiro, e estimulou professoras de diferentes universidades a fazer o mesmo.

O Núcleo, hoje associado à linha de pesquisa Teoria Política e Participação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, e coordenado por mim, atua, desde a sua fundação, como articulador de programas e ações no meio acadêmico e como canal de ligação entre a Universidade e a Comunidade Rio-grandense. Permito-me falar um pouco de nossas realizações, entre elas, o fomento ao ensino e à pesquisa sobre as mulheres e as relações de gênero; a realização de eventos e a nossa participação em fóruns científicos locais, nacionais e internacionais. As quedas de braço para transformar um Fórum de Gênero e Direitos Humanos em um Grupo de Trabalho (GT), e ter o espaço merecido no Seminário de Ciência Política do nosso Programa de Pós-Graduação. Conseguimos. Somos GT já em duas edições do evento e temos reconhecimento por nossas sessões figurarem entre as mais procuradas, seja pela quantidade de resumos recebidos seja pela audiência. As e os integrantes do grupo levam a sério a missão do Núcleo de formar uma consciência crítica sobre as desigualdades de gênero.

[...]

Menciono entre os frutos dessa incidência a criação, em 2008, do Grupo de Pesquisa do CNPq “Gênero,

Feminismo, Cultura Política e Políticas Públicas”. Este grupo, do qual sou líder, focaliza: relações de gênero, cidadania, políticas públicas, socialização, cultura política, empoderamento, comportamento político, capital social, novas institucionalidades e mecanismos internacionais de promoção dos direitos humanos das mulheres (PRÁ, 2016, p.9-10).

Tanto a Fundação Carlos Chagas quanto a Fundação Ford exerceram papel fundamental de incentivo às pesquisas universitárias feministas no Brasil durante a década de 1980. A Década da Mulher (1976-1985), instituída após a Conferência Mundial sobre Mulher no México, de 1975, evidenciou a legitimidade conferida pela Organização das Nações Unidas (ONU) aos aportes de gênero e às pesquisas feministas. À época, a pesquisa no Brasil era coordenada pela Fundação Carlos Chagas e financiada pela Fundação Ford, seguindo o proposto na I Conferência Mundial sobre Mulher no México, de 1975, assim como as reivindicações oriundas do Ano Internacional da Mulher, instituído pela ONU no mesmo ano. O apoio das fundações continuou existindo, sendo que na III Conferência Mundial da Mulher, em Nairóbi em 1985, evento de encerramento da década no qual os resultados dos projetos, incluído o diagnóstico brasileiro e o de outros países, foram apresentados. O empenho desta instituição em tornar as mulheres visíveis persistia:

Basta lembrar, por exemplo, a omissão dos pesquisadores no estudo pré-eleitoral, de 1982, quando lhes foi solicitado dedicar um espaço do seu relatório à participação política das mulheres. Por isso mencionei a Fundação Ford como a fonte daquela solicitação, pois percebi algum tempo depois o empenho desta instituição em tornar as mulheres visíveis. Nesse sentido, no espaço de uma década (1978-1988), a Fundação FORD e a Fundação Carlos Chagas promoveram um dos programas de dotações mais abrangente para potencializar pesquisas e publicações sobre mulher no Brasil (PRÁ, 2016b, p. 15).

Com a disseminação da categoria de análise Gênero, a partir de 1990, irá se constatar um impulso no processo de criação dos núcleos, sendo que a partir desta década, eles incorporarão a definição de gênero em seus nomes, em contraposição aos núcleos de estudo sobre a mulher da década anterior.

Costa e Sardenberg (2014t.) constataam a existência de cerca de 40 núcleos de estudos sobre a mulher e/ou relações de gênero vinculados a instituições de ensino superior no Brasil. As autoras veem no momento atual de proliferação dos núcleos da mulher nas universidades brasileiras desdobramentos do feminismo contemporâneo no Brasil que merecem ser explorados. Ressaltam, no entanto, a aparente resistência por parte da comunidade científica brasileira em incorporar esta perspectiva e propõem reflexões sobre de que maneira e em que medida os núcleos têm contribuído ou poderiam contribuir no sentido de vencer os obstáculos existentes.

Para Costa e Sardenberg (2014t.) as indagações sobre a permeabilidade das pesquisas feministas na universidade podem ser um exercício de autocrítica para as pesquisadoras vinculadas aos núcleos em questão. Enquanto participantes do Neim, elas assumem sua responsabilidade para a formação de uma consciência crítica feminina e para suscitar uma reflexão profunda dos fatores diversos geradores da opressão e exploração da mulher em nossa sociedade assim como de outros aspectos da dinâmica das relações de gênero. Reiteram também a necessidade de difundir o conhecimento da trajetória de lutas, conquistas e questões relativas ao movimento de mulheres, capaz de fornecer dados efetivos para que as mulheres possam atuar criticamente e se engajar nessas lutas.

As pesquisadoras da área têm consenso ao relatar as dificuldades em tratar de gênero e feminismo no campo acadêmico. O questionamento por parte de demais colegas universitários quanto à validade de suas pesquisas, no entanto, serve como estímulo e indica a necessidade de discussão de temáticas relacionadas à discriminação acadêmica e às violências veladas:

Deve ser feito o registro de que se chegava quase ao final do milênio sem ter a legitimidade necessária para discutir o tema mulher na universidade. Embora eu tenha recebido estímulos para prosseguir na área escolhida, entendo terem sido muito desagradáveis os questionamentos quanto à validade de estudar as mulheres e as ressalvas de que elegê-las como objeto de estudo poderia ser uma escolha equivocada para quem

pretendesse uma carreira acadêmica. De qualquer modo, sou grata àqueles pesquisadores de 1982 pela oportunidade de poder definir minha trajetória acadêmica, a partir da sua negativa (PRÁ, 2016b., p.p. 15-16).

Já o espaço para publicações feministas é conferido graças a uma série de revistas científicas das ciências humanas, e em especial à *Revista Estudos Feministas*, vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e *Cadernos Pagu* publicação do núcleo de mesmo nome na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), hoje outra importante revista na área no Brasil, as quais garantem a exclusividade dos estudos sobre mulher e gênero em suas publicações. A *Revista Estudos Feministas* (REF) foi publicada pela primeira vez em 1992, e os *Cadernos Pagu*, um ano mais tarde, em 1993. Alguns anos mais tarde, somaram-se a elas as revistas *Gênero* - publicada pelas pesquisadoras da Universidade Federal Fluminense (UFF) - e *Espaço Feminino* pelo Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), indicando quanto o campo de estudos feministas e de gênero se consolidou nos anos 90 (GROSSI, 2004).

A década de 90 refletiu a construção de uma tradição de pesquisa sobre mulher e gênero no Brasil. Os *Cadernos Pagu* foram resultado do trabalho de integrantes do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, que mapeava os avanços na produção sobre gênero e seus impasses. A revista foi criada em um momento em que os estudos de gênero já contavam com alguma legitimidade acadêmica no país, e a intenção era ampliar sua visibilidade, difundindo e estimulando a produção de conhecimento na área. Dentre as instituições que apoiaram o núcleo e a revista, estão a Fapesp, Faepex (Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, da Unicamp) e, sobretudo, CNPq<sup>7</sup>, que concedeu o apoio mais relevante em termos de recursos e de continuidade a partir de 1996 (Página do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2017).

<sup>7</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

A REF pôde ser lançada com apoio inicial da Fundação Ford, no Rio de Janeiro, migrando anos mais tarde para Santa Catarina, onde passou a contar com outros apoios, como do CNPq/Finep. A revista vem contribuindo para a consolidação do campo dos estudos feministas e de gênero no Brasil, tornando-se referência obrigatória para pesquisadoras e pesquisadores das mais variadas áreas disciplinares (GROSSI, 2004).

O campo de estudo feminista foi fortemente marcado pelo investimento que algumas agências estrangeiras fizeram no desenvolvimento da pesquisa acadêmica. Voltamos a mencionar a parceria entre a Fundação Ford e a Fundação Carlos Chagas, a qual destaca-se dentre as instituições que possibilitaram a emergência desse campo de estudos no Brasil. Durante 20 anos (de 1978 a 1998), duas centenas de novos pesquisadores foram apoiados pelo importante concurso de dotações para pesquisa sobre mulher e gênero.

O apoio da FORD, que fora fundamental para a criação e reconhecimento nacional e internacional da REF – lembre-se do colóquio França/Brasil/Québec que reuniu pesquisadoras de língua francesa em 1994 no Rio e que resultou num número especial acabou por outro lado sendo uma armadilha para a continuidade da revista no Rio de Janeiro, uma vez que toda a estrutura editorial dependia destes recursos (GROSSI, 2004, p.216)

No entanto, os investimentos estrangeiros na pesquisa feminista brasileira sofreram um revés ainda nos anos 90, conforme narra Miriam Grossi:

Esta foi de alguma forma a conclusão a que chegaram duas pesquisadoras latino-americanas contratadas pela Fundação Ford no decorrer dos anos 90 ao avaliar que o campo de estudos de gênero no Brasil estava bastante consolidado e que não era mais tão necessário investimentos estrangeiros nesta área no Brasil. Entre as críticas feitas em documento de circulação restrita, diziam que as acadêmicas brasileiras haviam sido cooptadas pelas instituições acadêmicas e que haviam perdido a capacidade crítica característica do ideário feminista. Foi esta avaliação que, de alguma forma, permitiu que a REF perdesse o financiamento da Ford, e de forma indireta viesse para Santa Catarina (GROSSI, 2004, p.213).

No mesmo período desenvolveu-se a pós-graduação no Brasil e consolidaram-se importantes grupos de trabalho sobre mulher e gênero nas principais associações científicas das ciências humanas e da área de letras.

No Brasil, o debate teórico feminista foi recepcionado por diferentes áreas acadêmicas e por suas respectivas redes, a exemplo das Associações Brasileiras de Antropologia, História, Sociologia e Estudos Populacionais. Em termos de associações internacionais já há espaços tradicionais e legitimados, tais quais Lasa<sup>8</sup> ou a Alacip<sup>9</sup>. Conforme lembrado por Jussara Prá (2016b), o Seminário Internacional Fazendo Gênero, organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, remete à criação de um espaço específico para esse debate no Brasil. Já em sua 11ª edição, desta vez em parceria o evento “13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11 - Transformações, Conexões, Deslocamentos”, destaca-se pelo amplo alcance acadêmico de suas atividades, vide os mais de 4000 participantes inscritos na edição de 2017.

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) teve a Área Temática (AT) Gênero, Democracia e Políticas Públicas fundada recentemente pelas professoras Jussara Prá (UFRGS) e Luzia Alvarez (UFPA). A proposta de criação da área foi aprovada durante a realização do 8º Encontro ABCP, realizado em Gramado, RS, em agosto de 2012. Naquela ocasião foi realizado o Fórum Gênero, Democracia e Direitos Humanos, e já no encontro seguinte da ABCP as atividades do grupo estavam regulamentadas e passaram a fazer parte da programação do evento.

<sup>8</sup> Associação de Estudos Latino-Americanos (Lasa - Latin American Studies Association) é a maior associação profissional do mundo composta de indivíduos e instituições dedicadas ao estudo da América Latina. Dentre suas 38 seções temáticas, está a de Gênero e Estudos Feministas.

<sup>9</sup> Associação Latino-Americana de Ciência Política (Alacip) é uma organização internacional sem fins lucrativos científica, composto por acadêmicos, pesquisadores e profissionais **para promover o desenvolvimento de estudos de ciência política na América Latina e no Caribe**. Possui 21 grupos de trabalho, dentre os quais está o grupo de Gênero e Política.

O debate teórico feminista marca hoje presença nas diversas associações acadêmicas nacionais no campo das ciências humanas e da filosofia, sendo também temática referência de periódicos científicos. Além da *REF* e dos *Cadernos Pagu*, o campo científico feminista no Brasil conta com as publicações da *Labrys*, *Revista Feminismos*, *Revista Gênero*, *Revista Ártemis*, *Revista Gênero na Amazônia*, *Revista Gênero e Direito*, *Caderno Espaço Feminino*, dentre outras. No que tange à inclusão e integração da discussão teórica feminista aos campos de discussão teórica social e política, destacamos aqui o papel da *Revista Brasileira de Ciência Política* (RBCP), cujos esforços seguem esta direção ao tratar das mais diversas temáticas do campo da teoria política. Flavia Biroli (2012), participante do corpo editorial da revista, enfatiza a especificidade da contribuição feminista na análise especialmente das relações de poder dominantes na sociedade. A autora, entretanto, identifica uma série de desafios à inserção da teoria política feminista no campo científico brasileiro. Segundo ela, embora a atual conjuntura política nacional evidencie uma complexidade que requer discussões teóricas aprofundadas e conectadas, os estudos de ciências sociais no Brasil pautam-se por modelos de análises limitantes. A ciência política se prende a modelos simplistas e se limita a um conjunto restrito de questões, tais quais comportamento legislativo e processos eleitorais, sendo incapaz de aderir à agenda de pesquisa proposta pela teoria política feminista (BIROLI, 2012).

A agenda de pesquisa da teoria feminista requer a expansão do debate teórico da ciência política, bem como o aprofundamento do debate epistemológico e das teorias do conhecimento.

Afinal, se considerarmos que a epistemologia define um campo e uma forma de produção do conhecimento, o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos, deveríamos prestar

atenção ao movimento de constituição de uma (ou seriam várias?) epistemologia feminista, ou de um projeto feminista de ciência. O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem se processando também na produção do conhecimento científico (RAGO, 1998, p. 26).

Margareth Rago (1998) sublinha a necessidade de aprofundar um debate brasileiro sobre a pertinência de uma teoria do conhecimento feminista. De lá para cá outras autoras brasileiras avançaram nesta direção tentando demonstrar como a ótica feminista poderia contribuir para transformar a produção científica nacional, muito especialmente no campo das ciências sociais, empregando não apenas um arcabouço conceitual diferenciado, como também redescobrimdo temas de pesquisa e empregando metodologias para reduzir o caráter instrumental de uma concepção de ciência criada em berço positivista (SAFFIOTI, 2000; DINIZ; GUILHEN, 2008).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se ao longo deste artigo reunir dados sobre a reflexão teórica e epistemológica feminista que indicassem os percursos da tomada de espaços de poder por mulheres no campo da pesquisa científica e do conhecimento. Pôde-se vislumbrar a ampliação da discussão feminista na universidade, tanto via difusão de periódicos científicos específicos sobre feminismo e gênero quanto através da inclusão de GTs específicos nas principais associações de pesquisa e do aumento da procura por congressos na área temática.

Percebe-se na produção teórica de orientação feminista clara crítica ao modo como se concebe a ideia de conhecimento, e os desafios da inserção da pesquisa acadêmica feminista na agenda de pesquisa nacional estão presentes nos discursos das principais pesquisadoras e professoras universitárias familiarizadas com o pensamento crítico feminista.

Entende-se aqui a importância da teoria feminista para questionar a normatização patriarcal, compreender, descrever ou explicar a opressão e exploração das mulheres e lutar pela sua superação, assim como identificar quais estruturas sociais e processos de interação mantêm a dominação masculina, a superestrutura patriarcal e a subordinação feminina. As análises teóricas feministas têm, por consequência, a prática política como objeto para as reflexões acerca do papel do feminismo construção de espaços democráticos orientados pela equidade de gênero, respeito às diversidades e promotores da emancipação.

O campo de pesquisa feminista brasileiro tem cerca de 50 anos, diferenciando-se, portanto de outras tradições intelectuais do Ocidente, onde os estudos sobre mulheres remontam ao período entreguerras do século XX. Em contexto de repressão política, ele surge com a peculiaridade de trazer consigo o caráter de luta por espaços democráticos, na sociedade e na universidade. De estudos sobre a condição feminina, surgem grupos de estudo que por sua vez ocupam espaços nas associações universitárias de ciências humanas, surgem núcleos de pesquisa e revistas acadêmicas os quais contam com o apoio inicial de fundações estrangeiras para pesquisa. Em duas décadas, de 1970 a 1990, de trabalho, pesquisa e trocas internacionais, pôde se firmar um campo de estudos feministas e de gênero. Esse percurso é permeado de desafios que surgem em nível individual, conforme as trajetórias de pesquisadoras feministas relatam, chegando ao nível institucional. Em todos esses níveis, os desafios abarcam a constante necessidade de rebater argumentos reativos que deslegitimam a validade científica de tais estudos com base em argumentos androcêntricos e patriarcais.

O campo de pesquisa feminista no Brasil apresenta crescente diversificação, conforme indicam as diferentes áreas das ciências humanas e sociais que acolhem as discussões. Os debates acerca de epistemologias críticas difundem-se e, com elas, o questionamento de opressões de gênero, de classe, de raça e de contextos geográficos. O pensamento feminista, através de sua crítica epistemológica, coloca em xeque o eurocentrismo, ressignificando a validade do conhecimento científico a depender do seu local geográfico de produção. Se a agenda pesquisa feminista brasileira busca a ampliação de espaço e de poder na universidade, ela precisa se inserir no debate internacional de forma crítica e situada. Para tanto, a consciência de geopolítica do conhecimento e a integração com os demais contextos latino-americanos tornam-se imprescindíveis.

---

## AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de estudo concedida ao longo do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, assim como pela bolsa sandwich concedida através do edital Capes-PDSE para período de realização desta pesquisa na Sciences Po Paris, França, entre os meses de janeiro e julho de 2016.

---

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. L. G. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. 2010. 245p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.
- \_\_\_\_\_. Nosotras: feminismo latino-americano em Paris. *Rev. Estud. Fem.* v.21, n.2, Florianópolis, 2013.
- ALVAREZ, S. *Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. Pinceton: Princeton University Press, 1990.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. *Teoria Política e feminismo, abordagens brasileiras*.Vinhedo: Editora Belo Horizonte, 2012.
- CORREA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cad. Pagu* n. 16, p. 13-30, 2001.
- COSTA, A. de O. et al. *Memórias de mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista feministas*,v.2, n.2, 2014.
- DINIZ, D.; GUILHEM, D. Bioética feminista na América Latina. *Rev. Estud. Fem.* n. 16, v. 2, p. 599-612, 2008.
- FELITTI, K. Traduciendo prácticas, tejiendo redes, cruzando fronteras. Itinerarios del feminismo argentino de los '70s. *Cad. Pagu*, n.44, p.229-260, 2015.
- FERREIRA, V. K.; REA, C. De um país ao outro: passagens entre a França e o Brasil. Entrevista com Miriam Pillar Grossi. *Passages de Paris*, v. 7, p. 4–22, 2012.
- FRAISSE, G. *La Fabrique du féminisme : textes et entretiens*. Paris: le Passager clandestin , 2012.
- GOLDBERG, A. Feminismo no Brasil contemporâneo: percurso intelectual de um ideário político. *BIB*, n.28, p.42-70, 1989.
- GONÇALVES, E.; PINTO, J. P. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. *Cad. Pagu* n.36, p.25-46, 2011.
- GROSSI, M. P. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Rev. Estud. Fem.*, v. 12, n. spe, p. 211-221, 2004.
- GROSSI, M.; MINELLA, L.; PORTO, R. *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Mulheres, 2006.
- MARQUES, T. C. S. The Brazilian Exiled Left And Feminism: The Political Action Of Brazilian Women In Chile And France (1968-1979). *Projeto História*, n. 52, p. 112-139, 2015.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PINTO, C. Feminismo, História e Poder. *Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.
- PRÁ, J.R. *Mulheres, Feminismo e Ação Política no Brasil*. Porto Alegre: CirKula, 2016 a.
- \_\_\_\_\_. *Memorial apresentado para a progressão a Professor Titular da Carreira do Magistério Superior da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul*. Instituto De Filosofia E Ciências Humanas, Departamento De Ciência Política, 2016 b.
- RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.; GROSSI, M.(Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- \_\_\_\_\_. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *labrys, estudos feministas*, n. 3, 2003.
- SAFFIOTI, H. O segundo sexo à luz das teorias feministas Contemporâneas. In: MOTTA, A. B. da; SARDENBERG, C.; GOMES, M. (Org.). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Salvador: NEIM/UFBA, 2000. (Coleção Bahianas).
- SARTI, C. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.
- SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Rev. Estud. Fem.* v. 16, n.1, 2008.
- VALCÁRCEL, A. *Feminismo en el mundo global*. 4ª ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2012.